DO VAPOR DA PANELA AO SUOR DA PELE: O TRABALHO INVISIBILIZADO DE MULHERES NAS COZINHAS SOLIDÁRIAS

Elisandro Matos Rodrigues
Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil
ORCID: https://orcid.org/0009-0009-9169-6771
Endereço eletrônico: elisandro@academico.ufs.br

Palavras-chave: fome; precarização; exploração do trabalho; re-existências

INTRODUÇÃO

As cozinhas solidárias emergiram, especialmente a partir de 2020, como resposta popular à escalada da fome nas periferias urbanas brasileiras, agravada pelo desmonte das políticas de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) durante o governo Bolsonaro e agravado pela crise sanitária da Covid-19. Naquele contexto de ausência estatal, mulheres negras e periféricas organizaram-se para cozinhar, distribuir refeições e sustentar territórios que o poder público havia abandonado. A imagem que esse ativismo alimentar projeta é, frequentemente, a da solidariedade como virtude — o panelão fumegante, a fila ordeira, a liderança comunitária sorridente. Essa narrativa, embora legítima em sua dimensão de resistência, corre o risco de obliterar uma contradição estrutural: o mesmo gesto de cuidado coletivo que alimenta centenas de famílias é sustentado pelo trabalho não remunerado, racializado e generificado de mulheres que acumulam múltiplas jornadas de exploração.

Este resumo expandido propõe uma leitura crítica das cozinhas solidárias para além da celebração do ativismo alimentar. A partir dos dados empíricos produzidos em pesquisa de dissertação de mestrado concluída no ano de 2025, trouxe a luz que o trabalho reprodutivo que sustenta essas iniciativas (invisível, não remunerado e socialmente naturalizado) constitui uma forma específica de exploração que o ativismo alimentar (Portilho, 2020) precisa enfrentar, e não apenas celebrar.

METODOLOGIA

Os dados produzidos nesta pesquisa foram fundamentados no trabalho de campo realizado nas cozinhas solidárias de Aracaju-SE ao longo de doze meses (abril de 2024 a abril de 2025) revelam um perfil sociorracial inequívoco. Foi utilizado o método de observação participante, diário de campo e entrevistas semiestruturadas por meio de diálogos de conversação cotidianas Das 89 pessoas entrevistadas entre voluntárias, lideranças e assistidas pelas cozinhas, 84,2% se autodeclararam pretas ou pardas. No grupo de lideranças e cozinheiras voluntárias — aquelas que sustentam operacionalmente as iniciativas —, a proporção de mulheres negras é ainda mais expressiva, sendo 58%, que se declararam parte dessa etnia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trabalho reprodutivo e divisão sexual do cuidado

Em Aracaju, os dados aferidos confirmam que apenas 10,5% dos entrevistados se autodeclararam brancos, mais de 80% se identificam como negros ou pardos. O cruzamento entre raça, gênero, renda e território revela uma sobreposição sistemática de vulnerabilidades. Foram identificados que 63,3% sobrevivem com até um salário-mínimo mensal e 31,6% não exercem qualquer atividade ocupacional formal, enquanto, 52,7% residem em domicílios com mais de três moradores. As cozinhas solidárias conformam territórios organizados por mulheres negras pobres. Elas acordam cedo, mobilizam doações, preparam caldeirões, articulam movimentos sociais e, ao final do dia, retornam às suas casas para dar conta de mais uma jornada doméstica não remunerada. Segundo Sordi, (2023) a insegurança alimentar grave é um projeto que atinge, preferencialmente, moradores negros de favelas e comunidades urbanas. As mulheres, ao encarnar o que Lélia Gonzalez (2020) chama de agência afrodiaspórica, organizam o cuidado coletivo que o Estado recusou — mas o fazem em condições que reproduzem, no interior do próprio movimento, a exploração que a luta pretende superar.

O trabalho doméstico e de cuidado (manter a casa limpa, cozinhar, lavar roupa, cuidar de filhos e idosos, gerir o orçamento familiar) é historicamente atribuído às mulheres pela

cultura patriarcal, que o naturaliza como demonstração de amor e o desvaloriza como atividade econômica. Quando esse trabalho se expande para o âmbito comunitário como ocorre nas cozinhas solidárias, a lógica de desvalorização não se dissolve. As mulheres que lideram cozinhas solidárias acumulam, simultaneamente, o trabalho reprodutivo doméstico, o trabalho informal ou precário para prover renda, a militância política e o cuidado comunitário.

A Cozinha Solidária do Morro da Reação, em Aracaju, é um exemplo categórico, no qual o trabalho é exercido majoritariamente por mulheres, negras, mães solos, que trabalham durante o dia ou parte dele e sustentam a cozinha com insumos ou por meio da ação de preparação de refeições. A mesma dinâmica se repete nas demais cozinhas pesquisadas. Em todas, o trabalho de cozinhar, distribuir, arrecadar e articular recai majoritariamente sobre mulheres sem qualquer remuneração. Martins (2023), em pesquisa análoga sobre cozinhas do MTST no Distrito Federal, identificou que essas mulheres acumulam trabalho doméstico não remunerado; trabalho informal ou precário; militância política; cuidado com a comunidade.

Corpos que sustentam o que o Estado abandona

A violência de gênero nas cozinhas solidárias não se manifesta, primariamente, na forma de agressão física. Ela opera como violência estrutural e simbólica onde a naturalização da responsabilidade feminina pelo cuidado, a invisibilização do trabalho reprodutivo como trabalho de fato, e a transferência sistemática para os corpos das mulheres da obrigação de sustentar o que o Estado se recusa a garantir. Quando o governo desmonta o SISAN, extingue o CONSEA, reduz o PAA e deixa 33,1 milhões de pessoas em situação de fome (Rede PENSSAN, 2022) — como ocorreu entre 2019 e 2022 —, são as mulheres negras periféricas que preenchem esse vácuo com seus corpos, seu tempo e sua energia não remunerados.

O sistema que produz a fome — por meio da segregação socioespacial, dos desertos alimentares, do subemprego e do racismo estrutural — é o mesmo que, ao se omitir, coloca sobre as mulheres negras o peso de remediar suas consequências.

Em Aracaju, as cinco cozinhas solidárias pesquisadas localizam-se em bairros com renda per capita inferior a um salário-mínimo, altos índices de violência urbana e policial, ausência de infraestrutura habitacional e presença de desertos alimentares. A violência policial recai sobre voluntários, como relato o morador da Ocupação Marivan Sul: "*eu já cheguei a ser preso por pegar água desse cano aí*" (2025), explicita que a necropolítica (Mbembe,

2018) não é apenas uma metáfora: ela se materializa nos cotidianos das comunidades que as cozinhas solidárias tentam sustentar.

Adriana Salay, professora da USP e gestora do Quebrada Alimentada em São Paulo, articula a dimensão simbólica dessa violência ao denunciar o discurso moralista que responsabiliza as mulheres pela qualidade alimentar de suas famílias sem questionar suas condições de vida: “existe um discurso elitista de que somos nós, as mulheres, que precisamos cozinhar alimentos in natura, orgânicos, não ultraprocessados. Eu concordo com isso. Mas quais são as condições de vida dessas mulheres para ter esse tipo de alimentação?” (Salay apud Schiochet, 2026). A cozinha solidária funciona também como desobrigação temporária dessa responsabilidade imposta mas não como sua superação estrutural.

Entre a re-existência e a reprodução da exploração

As cozinhas solidárias são, simultaneamente, territórios legítimos de re-existência (Arruda e Fonseca, 2018) e dispositivos que, não intencionalmente, reproduzem a exploração do trabalho feminino negro. Essa contradição não invalida a importância política e social das cozinhas; ao contrário, aprofundá-la é condição para que o ativismo alimentar não se converta em cumplicidade com o sistema que pretende combater.

A aprovação do Programa Nacional de Cozinhas Solidárias (Lei 14.628/2023, regulamentada em 2024) representa um avanço importante. Mas os dados do artigo do “O Joio e O Trigo” (Schiochet, 2026) mostram que, até maio de 2026, apenas 324 das cerca de 6,7 mil cozinhas solidárias mapeadas no país haviam sido contempladas pelo primeiro edital, com R$ 35 milhões distribuídos em 18 meses. Em Sergipe, nossa pesquisa de mestrado identificou situação semelhante: das 97 cozinhas mapeadas pelo MDS no estado, apenas 17 foram aptas a receber recursos. A burocracia que exclui as cozinhas mais precárias, exatamente aquelas dependentes do trabalho voluntário feminino.

Torna-se fundamental vislumbrar e construir alternativas para que o trabalho desenvolvido nas cozinhas solidárias não se converta em mais um ônus de tempo e renda para seus participantes, nem reproduza, ainda que de forma não intencional, as lógicas do patriarcado e do sistema capitalista de exploração. Essa afirmação indica que celebrar as cozinhas sem nomear essa contradição seria uma forma de cumplicidade analítica e política.

CONSCLUSÕES

A visibilização do trabalho feminino negro nas cozinhas solidárias não pode se limitar à sua celebração como agência afrodiaspórica. É preciso que o movimento avance na direção da desprivatização e desfeminização do cuidado, colocar o trabalho reprodutivo no centro do debate político, redistribuí-lo entre todas as pessoas e exigir do Estado sua responsabilização estrutural.

O título deste resumo "Do vapor da panela ao suor da pele" procura condensar o debate construído ao longo do texto. O vapor da panela é a imagem do ativismo visível caracterizado pelo alimento que circula, a comunidade que se reúne, a solidariedade que se materializa. O suor da pele é o que esse ativismo frequentemente obscurece, o esforço físico, o tempo subtraído, a energia drenada e o corpo desgastado das mulheres que tornam possível aquele vapor. Tornar esse suor visível, politicamente, institucionalmente e teoricamente (esse último, dever da academia) é a tarefa que fora problematizada aqui neste labor. Por fim, é fundamental começar a agir, com rigor e urgência, enfrentar não apenas a urgência da fome, mas também, a reprodução e a permanência da exploração que historicamente, atinge com mais contundência mulheres, negras, periféricas e camponesas.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Mario Alberto Pires de; FONSECA, Tania Mara Galli. Existência enquanto re-existência em tempos de medo. **Mnemosine**, [S. l.], v. 14, n. 2, 2018. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/mnemosine/article/view/41689. Acesso em: 17 jun. 2024.

PORTILHO, Fátima. **Ativismo alimentar e consumo político–duas gerações de ativismo alimentar no Brasil.** Redes. Revista do Desenvolvimento Regional, v. 25, n. 2, p. 411-432, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MARTINS, P. **Cozinhas solidárias do MTST no Distrito Federal:** práxis política, comunitária e jurídica no enfrentamento à fome. Dissertação (Mestrado). 2023.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 edições, 2018.

REDE PENSSAN. II **Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da pandemia da Covid-19 no Brasil**. II VIGISAN: relatório final. São Paulo: Rede PENSSAN, 2022.

SCHIOCHET, Flávia. **O trabalho invisível que sustenta as cozinhas solidárias**. O Joio e O Trigo, São Paulo, 15 jun. 2026. Disponível em: https://ojoioeotrigo.com.br/2026/06/o-trabalho-invisivel-que-sustenta-as-cozinhas-solidarias/. Acesso em: 21 jun. 2026.

SILVA, C. Cozinha **Tempero da Paz:** descontinuidades institucionais e limites do Estado na consolidação de cozinhas solidárias. Salvador: 2016.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro:** as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1983.